**A ATUAÇÃO DO PROFESSOR COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA A DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE E CONTRIBUIÇÃO PARA A CRISE NA EDUCAÇÃO.**

**Ana Vitória Moreira Dias¹**

**Iara Aparecida Paiva²**

Graduanda do curso de pedagogia da UEMASUL **–** [anavitmd@gmail.com](mailto:anavitmd@gmail.com)

Professora da UEMASUL e orientadora do projeto – neuropsicopedagogia1@yahoo.com

**Resumo:** Desde o nascimento da educação, é notório a existência de uma crise no ensino-aprendizagem e seus diversos efeitos que percorrem até os dias atuais. Tendo em vista cada vertente do seu alcance, é nítido sua influência direta na docência, resultando na desvalorização da profissão referente a ausência de profissionalismo. Diante de tais conjunturas faz-se existente uma problemática: Como a atuação do professor pode favorecer a desvalorização existente na profissão docente, bem como a contribuição à crise existente na educação? Com isso, tem-se como objetivo geral: Analisar a atuação do professor como fator fundamental para a desvalorização da profissão docente e contribuição para a crise na educação brasileira. Como objetivos específicos: Analisar a existência de uma crise na educação e seu alcance, analisar a atuação do docente como causa de desvalorização e decadência da profissão e compreender o que pode ser mudado na atuação docente em prol de melhorias e resultados novos. Como metodologia nesse projeto, será usado a Pesquisa de Campo em andamento por ser fundamental aos objetivos desejados, com abordagem dialética e suas característica histórico-materialista, e enfoque Marxista mostrando não somente os fatos, mas os fatores, estudando a causa e solução. Nesta pesquisa foi utilizado autores como: Aranha; Sousa (2013), Arendt (1961), Freire (1996) Lucyk; Graupmann (2015), Masschelein; Simons (2014) entre outros.

**Palavras-chave:** Crise na educação. Ensino-Aprendizagem. Atuação docente.

**INTRODUÇÃO**

A Educação, desde seu nascimento, mesmo com suas finalidades e propósitos enfrenta uma crise que permeia até os dias atuais. Crise esta que ultrapassou os limites do tempo e de suas consequências e conseguiu alcançar até a atuação do corpo de profissionais da área.

No contexto educacional, é notório o elevado desinteresse e a desvalorização crescente pela docência, sobretudo na educação brasileira. Nitidamente, tem se elevado a discussão sobre a conjuntura destes fatores no Brasil, entretanto, pouco é investigado e discutido os meios por qual chegou-se à problemática em questão.

Diversos fatores desencadearam esta adversidade: Baixos salários, problemas sociais dentro da escola abrangendo setores da área política, estatal, social, educacional, incluindo até o próprio corpo docente. Porém, no presente artigo quero ressaltar somente o fator *magistério*, dando ênfase em qual a contribuição do docente, o sujeito da problemática, ao mesmo. O desgaste e o descaso da profissão vêm se tornando cada dia mais nítido, fazendo-se necessário uma abordagem sobre esse assunto de forma ampla e diligente.

Em suma, o objetivo geral desse trabalho é analisar a atuação do professor como fator essencial para o favorecimento da decadência e desvalorização do docente na educação, o que pode mudar na atuação do docente para resultados novos em meio à problemática existente e a reversão desse quadro. Tendo como específicos analisar a existência de uma crise na educação e seus efeitos, analisar a atuação do docente como causa de desvalorização e decadência da profissão e compreender o que pode ser mudado na atuação docente em prol de melhorias e resultados novos.

Para uma metodologia mais adequada para este trabalho – que está em andamento – percorre-se todos os passos de um trabalho cientifico, com procedimento crítico diante dos textos consultados e as principais técnicas aplicadas decorrendo dos procedimentos de estudo da leitura. Neste sentido, abordo sobre este trabalho como uma futura pesquisa de campo onde será essencial no processo desse projeto de pesquisa, e com enfoque Marxista que não mostra somente os fatos, mas os fatores e estuda a causa e a solução.

Para tanto, tem-se como base para desenvolver este projeto autores como: Aranha; Sousa (2013); Arendt (1961), Freire (1996); Libaneo (2004); Libaneo (2010); Lucyk; Graupmann (2015); Masschelein; Simons (2014); Vigotsky (2003); Zagrebelsky (2011).

**CRISE EXISTENTE**

Desde os primórdios da educação, vale ressaltar a Idade Moderna, deu-se ênfase ao conhecimento como fuga da escuridão presente no mundo ocidental. Contexto onde a escolarização tornou-se a forma hegemônica de educação. Percorrendo esse caminho quero realçar uma crise. Apesar do mundo viver uma constante crise que se alarga a diversos domínios e reverte-se de diferentes formas, quero considerar a crise na educação.

Segundo Hannah Arendt (1961), essa crise é periódica, ou seja, aparece com intervalos regulares, mas existe um paradoxo aqui, pois mesmo se destacando e se realçando em intervalos de tempos, infelizmente ela está sempre presente. Apesar da autora dar ênfase a questão política e as autoridades responsáveis pela educação, é importante ressaltar que ela destaca também que essa crise além de existente envolve muitos outros aspectos.

A crise, não afeta em escala pequena. Dentro de um curto período de tempo, ela afeta a sua própria estrutura constitutiva e se expande no tempo, logo ela é uma crise estrutural, esta, que nasceu com a própria constituição dos sistemas de ensino. “O que está em crise é o próprio sistema de ensino moderno, constituído no contexto dos modernos estados nacionais a partir do século XIX” (ARANHA; SOUZA, 2013, p. 2)

Na modernidade, era atribuído à escola grandes responsabilidades para a sua realização, sendo elas: A universalidade, a individualidade e a autonomia. A universalidade consistia em visar todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade refere-se à liberação dos indivíduos diante das estruturas que os prendiam nos domínios do coletivo e pôr fim, a autonomia significava a capacidade de pensarem por si mesmos sem depender da religião ou da ideologia. Incluindo também a autonomia intelectual, política e econômica.

A educação tinha o propósito de conscientização, emancipação do sujeito até se tornar ativo e crítico, desenvolvendo os seus talentos singulares. A partir do final do século XVIII, num contexto revolucionário, a Educação tornou-se um dever do Estado tendo como objetivo: Ensinar, instruir, mas também educar, um lugar importante não somente para aprender a ler e escrever, mas formar uma nova excitabilidade a esse mundo novo da vida moderna.

Mesmo com tais conquistas, isso não impediu que a escola sofresse uma crise na sua construção. Iniciou-se uma negligencia daquilo que deveria ser fundamental: a aprendizagem. Logo em seguida tornou-se nítido aos estudiosos, como sociólogos, que denunciaram a omissão em questão, levando ao desencanto e perca das expectativas inicialmente apresentadas sobre a realização e responsabilidade da escola. Um bom exemplo é o que Aranha e Souza (2013) falam com relação aos anos 60 no mundo ocidental:

“O clima de agitação cultural e a grande transformação midiática que marcaram o mundo ocidental a partir dos anos 1960 retiraram da escola o *lócus* da aprendizagem e solaparam as bases sobre as quais se sustentavam os professores para levar adiante o ofício da docência. ” (ARANHA; SOUZA, 2013, p.7)

Infelizmente essa crise se expandiu até os dias atuais, findando a credibilidade da escola e do educando, levando a sociedade a banalizar a necessidade da existência da escola e do profissional da área. Segundo Masschelein e Simons (2014):

“As matérias ensinadas na escola não são “mundanas” o suficiente. Os temas são “artificiais”. A escola não prepara seus alunos para a “vida real”. [...] essas preocupações, assim dizem os críticos, tornam a escola incapaz de proporcionar aos jovens uma ampla educação geral que os prepare para a vida como um adulto. [...] A escola, portanto, não só se fecha para a sociedade, mas também se fecha às necessidades dos jovens. Presa em seu próprio senso de autojustiça, a escola é acusada de ser uma ilha que não faz nada (e não pode fazer nada), mas aliena os jovens de si mesmos ou do seu entorno social. [...] assim defendem o fim da escola. ” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014, p.6)

No Brasil, a crise educacional também está presente. Os problemas econômicos, sociais e culturais ao longo dos anos sempre afetaram diretamente a educação, resultando no cenário atual de deficiência educacional.

Além da crise na educação como forma ampla, existe uma crise diretamente nas licenciaturas envolvendo a má formação e atuação dos professores, tornando nítido a crise presente também na profissão docente (principalmente na educação básica) resultante de todos os fatores atribuídos até agora, entre outros fatores mais específicos que foram construídos com o tempo e vale a pena ressaltar: O baixo valor do diploma de professor, tanto no salário quanto no prestigio (bens econômicos e simbólicos), baixa atratividade, descaso, elevado índice de desistência da profissão, realidade diferente da teoria, poucas verbas disponíveis, inadequada relação dos alunos com professores, a formação docente que deixa muitas questões abertas sobre as práticas e processos de formações e políticas formuladas tendo em vista essa formação. Nessa perspectiva: “O descaso com que a educação é tratada pelos governos, cujas consequências se refletem nos salários, na carreira, na formação do magistério” Lucyk; Graupmann (2015 p. 107, apud LIBANEO).

A formação de professores é mais uma das áreas que sofre com o descaso do governo com a falta de investimentos não somente na sua formação, mas nas condições de trabalho dos educadores, que é precária, onde existe a escassez de saneamento no ambiente escolar, edifícios e equipamentos deteriorados, falta de segurança nas escolas, falta de recursos e classes superlotadas sem o auxílio necessário. Ou seja, uma completa falta de *profissionalização* (LIBÂNEO 2004, p. 63)

Outro fator importante de ser mencionado que afetou diretamente o docente e a educação foi a escola como mercado lucrativo, onde trouxe desqualificação visto que os fins são apenas monetários, dando ênfase a tendências pedagógicas que também trouxeram essa desqualificação, dentre elas, a tendência tecnicista, deixando o proposito educacional e docente de lado e trazendo como consequência o comprometimento da qualidade dos serviços prestados, em outras palavras, a falta de *Profissionalismo* LIBÂNEO (2004).

Em um olhar crítico, até os livros didáticos foram outro fator que contribuiu com o mesmo, pois além de limitar o professor no seu planejamento e outros aspectos, logo implicou na perda da autonomia professoral.

**A CONTRIBUIÇÃO DIRETA DO DOCENTE DIANTE DA CRISE EXISTENTE.**

Desestimulados pelo estéril sistema contextual, agrega-se a precarização do próprio educador no que diz respeito à má preparação no domínio de conhecimento, a falta de visão quanto a seus próprios impactos, a prática negligenciando a teoria pedagógica, a falta de senso crítico, a mecanização de uma função complexa que leva a limitar a si mesmo quanto seus alcances na sociedade contribuindo para um sistema cada vez mais desmoralizado, portanto, a falta de uma formação qualificada e do exercício da pratica.

É notório a existência de um problema, entretanto, tornou-se comum a troca da busca de sua resolução pela participação e cooperação do desastre educacional. Libâneo (2004) fala sobre esse despreparo ou até a própria pouca vontade, como uma falta do que ele chama de *profissionalismo,* onde é descrito no conceito, os valores de ser professor(a), ou seja um indivíduo com compromisso, ético(a) e com práticas profissionais referentes ao que se espera da profissional docente. Em seguida Libâneo (2004) fala como isso funcionaria no ambiente de trabalho:

Na prática, isso significa ter o domínio da matéria e dos métodos de ensino, a dedicação ao trabalho, a participação na construção coletiva do projeto pedagógico-curricular, o respeito à cultura de origem dos alunos, a assiduidade, o rigor no preparo e na conducção das aulas, o compromisso com um projeto político democrático (LIBÂNEO, 2004, p. 63-64).

Segundo o MEC, a maioria dos cursos de licenciatura tem por duração 4 anos, possuindo em sua emenda acadêmica demandas pedagógicas da teoria à prática, incluindo a mediação direta do professor com o aluno, didáticas educacionais, livros, discussões, seminários, congressos e estágios. Porém mesmo adquirindo tudo o que se deve fazer na sua conclusão, fora da universidade é negligenciado tal aprendizado.

Um cenário bastante comum na docência, é com professores que atuam em áreas de risco, com superlotações e onde há descaso público, pois, sua atuação por vezes é de maneira insignificativa, passando alunos sem um processo avaliativo eficiente, e até mesmo com a inexistência desse processo (provas e avaliações) ou sua ineficácia visando diminuir a quantidade, e não com o proposito avaliativo de qualidade.

Negligenciando a observância quanto a defasagem, uma análise e acompanhamento do desenvolvimento do aluno, ou a própria pratica pedagógica (se esta for compatível ao atendimento das necessidades de aprendizagem da turma ou não), passam alunos de ano sem o desenvolvimento necessário das competências exigidas na série que se encontravam. Não existindo uma avaliação por intermédio da análise da construção e aquisição do conhecimento de cada aluno, dá-se ênfase somente às somas das notas obtidas para chegar à conclusão de aprovação ou reprovação do estudante.

É deixado de lado também o exercício contínuo dos saberes adquiridos: a prática, juntamente com a atualização continua desse conhecimento: o estudo. O ensinar exige alinhamento com o aprender. Não é possível apoiar uma vida de trabalho somente no conhecimento adquirido em 4 anos tornando necessário a formação continuada (acadêmica científica e outras), até porque o mundo sofreu, sofre e sempre sofrerá mudanças: econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas – esta última, citando até as características da globalização, interferirem bastante nestas mudanças.

Um dos fatores que mais a impossibilita é a acomodação do docente, conduzindo a uma negligencia na atuação quanto ao investimento necessário a esta formação, como a disposição a ter uma vida de pesquisa e de estudo. “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro” (FREIRE, 1996, p.13).

A falta de visão do professor quanto aos seus impactos na sociedade tornou-se lugar-comum na vida docente, pois estes não acreditam mais na mudança social da realidade em que estão inseridos, logo aceitam tal realidade, e não encontram em si mesmos um agente dessa transformação, negando suas qualidades e legitimidade, tornando-se passivos, neutros, sem determinação e sem diferenciais.

A falta de profissionalismo dos docentes por conta da sua negligencia, (uma vez que não sabem lidar com as interações interpessoais) é outro fator a ser denunciado, pois por muito tempo a escola ficou sem o direito de universalização, antes esse direito era de poucos, agora o professor tem que assumir e se alinhar com essa conquista numa prática cotidiana, que entenda as diferenças de cada aluno, levantando o respeito, e assegurando aos desiguais o que lhe é por direito.

**OMISSÃO DE RESPONSABILIDADES**

Se o sujeito está inserido no mundo da educação já toma parte da responsabilidade de tudo que lhe é atribuído por tal participação, e se é imposto alguma competência a ser assumida, logo existe uma verdadeira responsabilidade sobre tal competência.

Segundo Libâneo (2004): “Competências são as qualidades, capacidades, habilidades e atitudes relacionadas a esses conhecimentos teóricos e práticos e que permitem a um profissional exercer adequadamente sua profissão”. Neste sentido investigando sobre as vertentes da competência, vale ressaltar as habilidades, pois são elas que de fato o docente irá adquirir na prática da licenciatura. Porém, caso o(a) docente tenha a noção do dever de suas competências e mesmo assim continua com práticas negligentes, expressa-se aqui a falta de responsabilidade.

Sendo participante dessa responsabilidade, a partir do momento que tenta passar a mesma que tem parte para outros órgãos governamentais (que podem ser também responsáveis) e não a assumindo, esta certamente continuará sendo seu dever, pois, cada instituição cumpre apenas sua parte e nenhuma toma para si a responsabilidade que é designada à outra. Exemplo disso são as responsabilidades diferentes entre o docente e o Estado, já que uma vez que uma das partes tenta transferir seu dever, não é retirado o dever da outra.

Quando essa responsabilidade está novamente em mãos só há uma alternativa: assumir. Infere-se, portanto, que a responsabilidade que é imposta só deixa de ser obrigação a partir do momento que for cumprida, omitir essa responsabilidade ou procurar alternativas de passar adiante para pessoas que não tem a mesma ótica e direito sobre tal coisa, torna o indivíduo covarde diante daquilo que lhe é confiado.

A partir do momento que um docente entra no mundo da educação ele se torna participantes de suas responsabilidades. Impedir que a educação desapareça, é deixar de lavar as mãos e assumir um papel no qual já estamos posicionados, intervindo para o progresso de algo no qual já somos participantes: a educação.

**O QUE PODE SER MUDADO NA ATUAÇÃO DOCENTE?**

De certo modo, quando há a inquietação de como agir diante de imensurável problema, advirto-os que é necessário, primeiramente, mudar o mundo ao seu redor. Existe a predisposição do docente em render-se a humildade de reconhecer que por mais que ele seja o agente do conhecimento na sala de aula, ele precisa ser receptor também, pois não há saber eterno, tendo em vista que o conhecimento está sempre em movimento e em evolução.

Luckesi (1983, p.26) afirma que “todos somos educadores e educandos ao mesmo tempo. Ensinamos e somos ensinados, numa interação continua, em todos os instantes de nossa vida. ” Faz-se necessário a existência de uma conscientização da conciliação e alinhamento dessa busca com esse constante movimento. É ultrapassado, raso e ineficaz ficar parado em algo que cresce permanentemente, pois se não há acompanhamento do docente, não há evolução, negligenciando a característica principal deste conhecimento.

Na pratica, o teórico necessita ser colocado em ação, para que os saberes saiam do papel e possam ganhar forma homogênea ao ponto de transformar o ambiente onde o saber se encontra. Exemplificando de uma maneira simples, a forma homogenia de transformação que um conhecimento ganha no ambiente que ele chega é o celular. Este é um aparelho eletrônico e um meio de comunicação, porém, que se torna até mesmo um livro ou uma biblioteca quando o saber o invade.

O domínio do conhecimento vai muito além do saber de um assunto isolado, mas ele alcança todas as vertentes que vai da teoria adquirida à pratica, intervindo na transformação da construção do conhecimento no sujeito a partir deste conhecimento passado. Para uma melhor compreensão Arendt (1961) fala:

Considera-se pouco importante que o professor domine sua disciplina porque se pretende compelir o professor ao exercício de uma atividade de constante aprendizagem para que, como se diz, não transmita um saber morto, mas, ao contrário, demonstre constantemente como se adquire esse saber. (ARENDT, 1961, p.7)

Quando negligenciamos tais coisas, primeiramente criamos um mecanismo de conteúdo. Um lugar onde deveria ser na verdade o útero do conhecimento, torna-se apenas plagio.

Segundo ARENDT (1961, p.6): “O professor – assim nos é explicado – é aquele que é capaz de ensinar qualquer coisa. A formação que recebe é em ensino e não no domínio de um assunto particular ”. Para melhor entendimento: “A escola funciona mais como mecanismo de reprodução da realidade social que de produção de novas relações sociais” (ARANHA; SOUZA, 2013, p.8)

Essa mecanização de conteúdo deu lugar aos professores atuais do ensino, estes que somente passam o conteúdo de forma crua, que não buscam mais conhecimento, que não estimulam mais o aluno, nem os levam a compreender o conhecimento, professores que entram e saem da aula aborrecidos, intolerantes, por qual não existe mais presença, somente o corpo, e que troca a autoridade por autoritarismo.

A autoridade é o direito de ordenar, decidir e fazer obedecer, levando para a sala de aula, o professor que é a autoridade, exercendo aquilo que é seu por direito, respeitando e sendo respeitado como o indivíduo que irá ser o mediador entre o conhecimento e o aluno. Em contrapartida, o autoritarismo é o conjunto de princípios ou procedimentos autoritários, sendo autoritário aquele que se apoia numa autoridade forte, e dominante. Na sala de aula, o professor que se apoia na autoridade que tem em sala de aula para não exercer influência mas dominar o outro.

Um dos métodos utilizado na escola antiga era a palmatória, sobretudo no Brasil. Método ineficaz, sendo suficiente para o aprendizado de que a força não leva a educação. A partir do momento que educação se torna obrigação (não digo a respeito de direitos), coação e não prazer, ela não traz bons frutos.

Quanto a má qualificação dos profissionais por conta de sua negligência nas relações interpessoais, é dever do professor se esforçar e ser competente naquilo que lhe é acarretado, mesmo que nesse contexto a responsabilidade omitida não seja somente dele, mas também de outros órgãos, tal como a grande conquista da universalização, que com ela negligenciaram a qualificação dos docentes para corresponderem com condições à essa ampliação. Desta maneira, vale ressaltar uma citação com as considerações de Vigotsky sobre o mesmo:

(...) A meta da educação não é a adaptação ao ambiente já existente, que pode ser efetuado pela própria vida, mas a criação de um ser humano que olhe para além de seu meio; (...) não concordamos com o fato de deixar o processo educativo nas mãos das forças espontâneas da vida, (...) tão insensato quanto se lançar ao oceano e entregar-se ao livre jogo das ondas para chegar à América! (VIGOTSKY, 2003, p. 77, apud)

Nesse sentido, não se obtém uma transformação na educação nem se chega ao resultado deixando a problemática ao acaso. É necessário, portanto, vogar rumo ao desejado propósito, a um fim que vise além de esperar que a educação mude ou até com o contentamento ao mesmo. Neste sentido, espera-se que as atitudes do profissional da educação sejam referentes a importância e necessidade que esta profissão representa para a sociedade.

**CONSIDERAÇOES FINAIS**

Diante de tudo que foi apresentado nesse trabalho, torna-se necessário o exercício de práticas que possam intervir na crise e estimular a docência. Alinhado à uma auto-avaliação, é preciso reconhecer e identificar a existência da crise de uma visão ampla, seus diversos alcances e saber seus impactos e consequências direto na docência, como, por exemplo, a desvalorização da profissão e o descaso no ambiente de trabalho interno e externo. A obtenção do senso crítico e avaliação de sua contribuição direta na crise, capacita-os para a observância dos efeitos - positivos ou negativos - e, diante disto, contribui na intervenção da crise, atuando para a mudança e não para o agravo da precarização. Que este contexto e seus fatores não possam ser um impedimento e nem desestímulo na ação, para que não afete diretamente um aluno em seu desenvolvimento por conta da má gestão, o limitando e corrompendo.

Faz-se necessário atitudes que mostrem a competência e dê credibilidades à docência, estimulando a si próprio e aos outros, tornando seu ambiente de trabalho um prazer, e afetando o social de forma positiva, pois mesmo tendo ciência da desvalorização social e política (com a pouca valorização governamental), entre outros, o docente ao desmotivar-se e aceitando os descasos e que nela não haverá mudanças criará neste profissional um impedimento fatal para seu trabalho e consequentemente prejudicará a educação.

Porém deve-se entender que as melhorias não serão imediatas e provavelmente percorrerão várias décadas, mas com isso vem uma pergunta: o que impede o docente de dar o seu melhor, tentar não cair no desânimo de ser professor, procurar mudanças para melhor se adaptar e dar aulas para seus alunos, mesmo com tão pouca valorização ou com os problemas que já existem no ambiente educacional há anos?

**REFERÊNCIAS**

ARANHA, Antônia; SOUZA, João. **As licenciaturas na atualidade**: nova crise? Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 69-86, out./dez. 2013. Editora UFPR84

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten**. Em defesa da escola:** Uma questão pública. 2ª edição. 2014. 97p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à pratica educativa. 25ª Edição. 1996. 76p.

NEVES, Laison; FARIA, Edimur. **De Pilatos a José Arimatéia:** Uma visão do magistrado na história e seus reflexos na democracia.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **O papel da didática na formação do educador.**Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 1983.

LUCYK, Viviana; GRAUPMANN, Edilene. **Breve discussão sobre a desvalorização do trabalho docente.** Disponível em: <file:///C:/Users/ANA%20VITORIA/Desktop/555555.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

ARENDT, Hannah. **A Crise Na Educação*.*** Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought, New York: Viking Press, 1961, pp. 173-196.

MENDONÇA, Suell; MILLER, Stela. **Vigotsky e a escola atual:**Fundamentos teóricos e implicações pedagógicas. São Paulo. LTDA. 198p.

NEVESL ailson Braga Baeta; DE FARIA Edimur Ferreira. **De Pilatos a José de Arimatéia:** uma visão do magistrado na história e seus reflexos na democracia**.** Disponível em: <file:///C:/Users/ANA%20VITORIA/Desktop/Listinha/DIREIT4ef0e3741bdec7e7519043b079b03602.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.